



Índice

Introdução	5
1. Da relação entre as Fontes de Regulação do Trabalho	7
2. Regime da formação profissional e crédito de horas	9
3. A cessação do contrato de trabalho e os seus efeitos na retribuição	13
4. O Fundo de Compensação do Trabalho	15
5. O novo regime de compensação por caducidade	19
6. Regime excepcional dos contratos de trabalho a termo	21
7. Dos feriados e das pontes	25
8. O novo regime das férias	27
8.1. Regime-regra do direito a férias de todos os trabalhadores cujo contrato já se encontra em execução há mais de 1 ano.	28
8.2. Férias dos trabalhadores com contratos de duração inferior a 6 meses	29
8.3. Férias no ano da contratação	29
8.4. Direito a férias no ano da cessação do impedimento prolongado	31
8.5. Figuremos então as seguintes hipóteses:	31
8.6. Direito a férias no ano da cessação do contrato	31
8.7. Marcação do período de férias	32
8.8. Alteração do período de férias	33
8.9. Da possibilidade de encerramento da empresa	34
8.10. Retribuição durante as férias	34
9. Novo regime dos tempos de trabalho	39
9.1. Mecanismos de flexibilização dos tempos de trabalhos	39
10. Pagamento do trabalho suplementar	41
11. Isenção de horário de trabalho	43
12. Trabalho por turnos	45
13. Trabalho Noturno	47
14. Regime das faltas	49
14.1. Faltas injustificadas	50
14.1.1. Faltas dadas, durante 15 dias seguidos, por altura do casamento:	51
14.1.2. Faltas motivadas por falecimento do cônjuge, parente ou afim:	51
14.1.3. Faltas motivadas pela prestação de prova em estabelecimento de ensino	51
14.1.4. Faltas motivadas por impossibilidade de prestar trabalho devido a facto não imputável ao trabalhador, nomeadamente observância de prescrição médica no seguimento de recurso a técnica de procriação medicamente assistida	52
14.1.5. Faltas dadas por motivo de doença e acidente	52
14.1.6. Faltas dadas para cumprimento de obrigação legal	52
14.1.7. Faltas motivadas pela prestação de assistência inadiável e imprescindível a filho, a neto ou a membro do agregado familiar de trabalhador	52
14.1.8. Prestação de assistência inadiável e imprescindível a filho	53
14.1.9. Prestação de assistência inadiável e imprescindível a neto	53
14.1.10. Prestação de assistência inadiável e imprescindível a membro do agregado familiar de trabalhador	53
14.1.11. Faltas motivadas por deslocação a estabelecimento de ensino de responsável pela educação de menor por motivo da situação educativa deste	54
14.1.12. Faltas do trabalhador eleito para estrutura de representação colectiva dos trabalhadores	54
14.1.13. Faltas de candidato a cargo público, nos termos da correspondente lei eleitoral	54
14.1.14. Faltas autorizadas ou aprovadas pelo empregador	55
14.1.15. Faltas que por lei sejam como tal justificadas	55



15. Das indemnizações e compensações devidas pela cessação do contrato de trabalho	57
16. Da Lei n.º 53/2011 e da sua importância para os contratos celebrados após 1 de Novembro de 2011	59
17. A Lei n.º 23/2012, de 25 de Junho	61
18. Novas regras introduzidas pela Lei n.º 69/2013, de 30 de agosto	63
19. Procedimento de despedimento colectivo	67
20. Procedimento para despedimento por extinção do posto de trabalho	71
21. Novo regime do despedimento por inadaptação	75
22. Créditos vencidos e exigíveis por cessação do contrato de trabalho	79
Conclusão	81
Bibliografia	83
Questionário	85